



CAMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº DE 2014.
(Do Sr. Alexandre Leite)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, fiscalize os repasses efetuados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e pela Caixa Econômica Federal – Caixa a entidade ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

Senhor Presidente,

Com base nos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, combinados com os arts. 100, § 1º, 32, XI, b, 60, incisos I e II e 61 do Regimento Interno desta Casa, proponho a V. Ex^a que, ouvido o Plenário desta comissão, se digne a adotar as medidas necessárias para realizar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, ato de fiscalização e controle acerca de repasses efetuados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e pela Caixa Econômica Federal – Caixa a entidade ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

J U S T I F I C A T I V A

Notícia de O Estado de São Paulo, veiculada no dia 24 de fevereiro de 2014, indica que a Caixa e o BNDES repassaram R\$ 550 mil a entidade ligada ao MST, a Associação Brasil Popular - Abrapo.

Tal verba teria sido utilizada para financiar evento ocorrido duas semanas antes em



CAMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

Brasília, que teve como resultado 32 pessoas feridas, sendo 30 policiais do Distrito Federal. A ligação entre a Abrapo e o MST restaria evidente pelo fato da conta corrente da Abrapo aparecer na página do MST na internet como destino de depósito para assinaturas de publicações do Movimento.

Com base no acima exposto, julgamos fundamental esclarecer como se deu referida participação, ainda que indireta, dessas duas empresas públicas em evento tão violento, que, além de vidas, colocou em risco patrimônio do povo brasileiro, haja vista a tentativa de invasão do prédio do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto. Empresas públicas como a Caixa e o BNDES jamais poderiam apoiar eventos lamentáveis como esse.

Com base em todo o exposto, pela gravidade do tema, consideramos fundamental que se realize o ato de fiscalização e controle com vistas a analisar detalhadamente o apoio financeiro em tela.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado Alexandre Leite
Democratas/SP